

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Quero, em primeiro lugar, saudar a Senhora Presidente e desejar-lhe o maior sucesso no desempenho das suas funções.

Igualmente saúdo as Senhoras e os Senhores Deputados, desejando que as mais elevadas expectativas que todos partilhámos, de bem servir os Açores, sejam concretizadas ao longo desta legislatura.

Felicito e desejo os maiores sucessos ao Senhor Presidente do Governo e às Senhoras e Senhores Membros do Governo, na esperança de que do vosso sucesso resultem sempre melhores condições de vida para as açorianas e açorianos.

E desejo que a melhoria das condições de vida incida, sobretudo, na larga faixa da população com maiores dificuldades e carências básicas. A pobreza ainda persiste, apesar de terem já decorrido quarenta anos após a instauração do regime autonómico. Defendemos uma Autonomia de Resultados, como instrumento para o desenvolvimento económico, para a justiça e a coesão social e territorial das nossas Ilhas.

A responsabilidade pela governação, Senhor Presidente, é do seu Governo. Tem toda a legitimidade como vencedor das eleições, com maioria absoluta, não dependendo assim de qualquer outra força política.

Um diagnóstico realista é essencial, independentemente da responsabilidade de quem conduziu os destinos da Região até aqui, porquanto esse julgamento já foi feito nas últimas eleições.

Um diagnóstico afastado da realidade será um erro que comprometerá certamente as escolhas e as opções da governação.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Programa que agora discutimos aborda a necessidade da existência de umas **“Finanças Públicas Regionais saudáveis”**. Concordamos com este princípio. Mas discordamos da avaliação otimista que é efectuada.

A situação das Finanças Públicas Regionais constitui um grave problema que condicionará a actividade governativa nos próximos anos. Há ameaças significativas que colocam em causa as finanças públicas da Região.

Esta situação tem de ser assumida, a bem da transparência e de uma governação prudente. De pouco

ou nada serve fazer comparações com outras partes do país. Isso não resolve os problemas da nossa Região.

Não sendo o momento para aprofundar esta matéria, queremos, contudo, alertar para as ameaças significativas que colocam em causa as finanças públicas da Região.

Segundo o Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região de 2014, a dívida global do sector público regional, no final daquele ano, já representava 53,9% do PIB dos Açores. E apresenta um conjunto de alertas que devem ser tidos em conta.

Agora, passados quase dois anos, a manter-se a tendência de anos anteriores, a situação ter-se-à agravado. O Parecer daquela Instituição sobre a Conta de 2015, que em breve conheceremos, será relevante para uma

aferição mais aproximada do situação das Finanças Públicas Regionais, no início da actual Legislatura.

A situação do Sector Público Empresarial Regional, acrescenta preocupações à leitura que fazemos do estado das Finanças Públicas Regionais.

Com efeito, da análise dos Relatórios e Contas de 2015, apenas para um conjunto de empresas que inclui o Grupo SATA, o Grupo Lotaçor e os três Hospitais, verifica-se que o valor dos capitais próprios negativos é já superior a 350 milhões de euros. Esta situação não é sustentável por muito mais tempo, mas o Programa de Governo é omissivo nesta matéria.

Ainda quanto ao Sector Público Empresarial Regional e, ao contrário do que constava no programa do XI Governo

Regional, em que se previa a redução em 50% das empresas públicas ou participadas, no Programa do Governo que agora debatemos não existe qualquer objectivo concreto de redução do número dessas empresas.

Para o PSD/Açores isto é motivo de preocupação. Consideramos essencial a redução do peso da Administração Regional na economia, dando mais espaço à iniciativa privada e à Sociedade Civil.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Na área do emprego o Programa do Governo contempla um conjunto vasto de objectivos, programas e medidas, que reconhecemos serem importantes para a recuperação e criação de emprego.

O Programa menciona que, nos últimos 4 anos, foram criados cerca de 7.700 novos empregos com a consequente redução da taxa de desemprego. Ora, sendo estes valores positivos, porém, uma análise mais detalhada, deixa-nos algumas apreensões e dúvidas.

É preocupante que nos últimos quatro anos, comparando o 3º trimestre de 2012 com o mesmo trimestre de 2016, nos Açores se tenham perdido mais de 2500 postos de trabalho na faixa etária que vai até aos 34 anos.

O desemprego jovem continua a ser um dos flagelos da nossa Região. É um problema que tem de ser analisado com o máximo rigor, tanto mais que as medidas agora propostas em matéria de emprego, sendo de continuidade, poderão não estar a ter verdadeiramente os resultados pretendidos.

É também preocupante a utilização feita por entidades da Administração Pública Regional, designadamente da área da saúde, dos Programas Ocupacionais, colocando trabalhadores em funções que correspondem a necessidades permanentes. Esta é uma situação injusta para esses trabalhadores e uma vantagem económica imoral para as instituições públicas em causa.

Também algumas autarquias locais têm utilizado trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais para

a realização de obras na área da construção civil. Esta prática, para além da injustiça que também configura para os trabalhadores, constitui concorrência desleal a pequenas empresas do sector, retirando negócios e a oportunidade de criação de empregos privados.

Não há crescimento económico nem criação de emprego sem investimento.

Ao Governo Regional compete criar um ambiente propício ao investimento pelos privados. É essencial por fim ao profundo desequilíbrio na distribuição dos fundos comunitários. As entidades públicas não devem continuar a ficar com a maior parte dos fundos europeus, ficando os privados apenas com uma parcela bem menor.

É igualmente essencial criar políticas consistentes para a captação de investimento externo. É uma área em que claramente o Programa não dá a conveniente atenção.

A reposição da taxa normal de IVA em 16 por cento seria também um sinal importante para os agentes económicos e para os consumidores. Tanto mais que, entre 2012 e 2015, a receita de impostos passou de 427 para 640 milhões de euros, ou seja um aumento brutal de quase 50%.

Ainda que a matéria seja omissa no Programa do Governo, esperamos que, em sede do Orçamento para 2017, possa vir a ser contemplada.

Este não é o Programa que o PSD defenderia e o nosso caminho seria muito diferente. Mas o que nos competirá

agora é fiscalizar a acção do Governo, sem deixar de propor alternativas aos agudos problemas que a economia açoriana enfrenta.